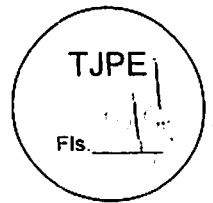




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL 205746-5/01 - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO CABO DE SANTO

AGOSTINHO

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTE: JOÃO CLÁUDIO ALVES DA SILVA

AGRAVADOS: BIANKA BARBOSA CARDOSO ROCHA; JOANITA BARBOSA CARDOSO
ROCHA e HUGO LEONARD BARBOSA ALVES

EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO LEGAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 526, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. INOBSERVÂNCIA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE ENVIO DE PETIÇÃO POR FAX. RECURSO DE AGRAVO LEGAL IMPROVIDO.

- O Agravante que não se desincumbe a contento do dever processual de comprovar para o Juízo ter interposto Agravo de Instrumento descumpra o comando inscrito no art. 526, parágrafo único, do CPC, o qual imporia no não conhecimento do recurso.

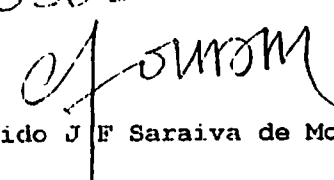
- Não logrando êxito em comprovar o envio da petição via fax, não pode ser modificada a decisão que negou seguimento ao Agravo de Instrumento.

- Recurso Improvido.

A C Ó R D ã O

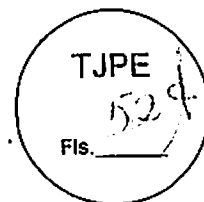
Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima nominadas, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário, em **NEGAR PROVIMENTO** o Agravo Legal, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do Relator que, devidamente revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

Recife, 03/02/10


Des. Cândido J F Saraiva de Moraes
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL 205746-5/01 - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO CABO DE SANTO

AGOSTINHO

RELATOR: DES. CÂNDIDO J. F. SARAIVA DE MORAES
AGRAVANTE: JOÃO CLÁUDIO ALVES DA SILVA
AGRAVADOS: BIANKA BARBOSA CARDOSO ROCHA; JOANITA BARBOSA CARDOSO
ROCHA e HUGO LEONARD BARBOSA ALVES

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Recurso contra Decisão Terminativa que negou seguimento ao Agravo de Instrumento, com base no art. 526, parágrafo único¹ c/c art. 557, ambos do CPC (AI - fls. 71/73), revogando a Decisão Interlocutória (AI - fls. 52/54.v), a qual concedeu efeito suspensivo à decisão a quo, determinando a reintegração dos Agravados na posse do imóvel litigioso.

Destarte, o Agravante sustenta não ter descumprido o comando legal inserto no art. 526, parágrafo único, do CPC, segundo o qual ao Agravante incumbe demonstrar ao Juízo de origem a interposição de Agravo de Instrumento, sob pena de inadmissibilidade do recurso.

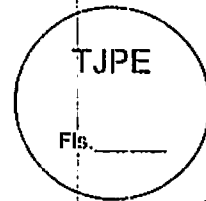
Para tanto, argumenta que, posteriormente à certidão exarada pela Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca do Cabo de Santo Agostinho atestando que "até a presente data, 12.01.2010, não foi protocolado a cópia do agravo de instrumento" (AI - fls. 66), outras 02 (duas) foram exaradas, relativamente as quais a seguir me reporto.

¹ Art. 526. O agravante, no prazo de 3 (três) dias, requererá juntada, nos autos do processo de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso. Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo, desde que arguido e provado pelo agravado, importa inadmissibilidade do agravo.

Emi



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



247-A

A primeira Certidão (fls. 26) atesta que o único ato processual praticado via fax seria "composto de apenas uma lauda" correspondente ao requerimento de suspensão da concessão da liminar; e acresce que não foi encontrado "o ato processual via fax que o Réu alega ter praticado em 08.01.2010".

Já a segunda Certidão (fls. 44) - expedida após requerimento formulado ao Juízo (fls. 27/29) - esclarece que "não foi recebido por esta secretaria nenhum outro ato processual praticado via fax, senão àquele mencionado na certidão anteriormente exarada".

Neste interim, pugna pelo provimento do presente Agravo, de modo a reprimar os efeitos da Decisão Interlocutória (AI - fls. 52/54.v), reintegrando-se na posse do imóvel litigioso.

É o relatório. Dispensado de inclusão em pauta, conforme art. 557, §1º, segunda parte, do CPC.

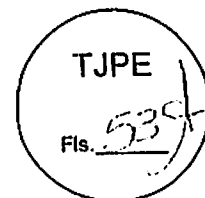
Recife, 03/02/10

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



248

2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO LEGAL 205746-5/01 - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO CABO DE SANTO

AGOSTINHO

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
AGRAVANTE: JOÃO CLÁUDIO ALVES DA SILVA
AGRAVADOS: BIANKA BARBOSA CARDOSO ROCHA; JOANITA BARBOSA CARDOSO
ROCHA e HUGO LEONARD BARBOSA ALVES

V O T O

De logo, registro não merecer qualquer reforma a Decisão Terminativa que negou seguimento ao Agravo de Instrumento, com base no art. 526, parágrafo único² c/c art. 557, ambos do CPC (AI - fls. 71/73), revogando a Decisão Interlocutória (AI - fls. 52/54.v), a qual concedeu efeito suspensivo à decisão singular.

Explico.

A ausência de informação ao Juízo de origem acerca da interposição de Agravo de Instrumento contra a decisão que concedeu a liminar reintegrando os Agravados na posse do imóvel questionado foi noticiada através da apresentação de Contra-Razões (AI - fls. 58/65), pelos Agravados, e corroborada pela Certidão (AI - fls. 66), cujo trecho passo a transcrever, verbis:

.....

"... Certifico ainda que até a presente data, 12.01.2010, não foi protocolado a cópia do Agravo de Instrumento. ..." (g.n.).

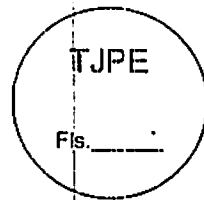
.....

² Art. 526. O agravante, no prazo de 3 (três) dias, requererá juntada, nos autos do processo de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso. Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo, desde que arguido e provado pelo agravado, importa inadmissibilidade do agravo.

38M



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Azevedo



Neste interim, proferi a Decisão Terminativa ora atacada, negando seguimento ao recurso ante a constatação de ausência de requisitos de admissibilidade.

Assim, buscou o Agravante demonstrar o fiel cumprimento do requisito previsto pelo art. 256, parágrafo único, do CPC, através das Certidões (fls. 26 e 44) aqui acostadas, sem contudo lograr êxito.

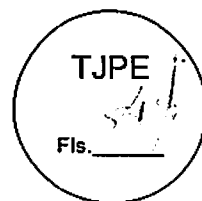
Ora, de logo, registro que as Certidões através das quais o Agravante pretende comprovar ter enviado de forma tempestiva, por fax, a petição informando ao Juízo a interposição de Agravo de Instrumento e o conseqüente cumprimento do multicitado art. 526, do CPC não têm o condão de constituir prova em seu favor.

Isto porque apenas atestam de forma inequívoca que: i) no dia 05.01.2010, a parte ré enviou via fax petição requerendo a suspensão da concessão da liminar; ii) embora o aparelho de fax da Vara estivesse defeituoso, a Chefe de Secretaria compareceu "as Varas da Fazenda Pública e da 2ª Vara Criminal e constatei que inexistia documento via fax a ser encaminhado a esta Vara Cível"; iii) o juízo apenas tomou conhecimento da interposição do agravo de instrumento em 15.01.2010 e iv) "não foi recebido por esta secretaria nenhum outro ato processual praticado via fax, senão àquele mencionado na certidão anteriormente exarada".

Ademais, devo pontuar que o relatório de fax (fls. 35) através do qual pretendia o Agravante corroborar sua tese não possui valor probante, mormente se confrontado com as Certidões de lavra da Chefe de Secretaria, dotadas de fé pública.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Cabeleto do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



250

Assim, considerando não ter o Agravante se desincumbido a contento do ônus processual de provar de forma inequívoca o protocolo da petição informando a interposição do Agravo de Instrumento, não há como prosperar o recurso.

Por fim, observo que o Agravante recolheu custas para a interposição do presente recurso, quando são dispensáveis para a hipótese, na conformidade da Súmula 43, deste Eg. TJPE, verbis:

.....

"É dispensável o preparo no recurso de agravo previsto no art. 557, §1º, do CPC". (g.n.).

.....

Desta maneira, é possível reaver o valor recolhido a título de preparo, mediante requerimento e procedimento próprio.

Neste interim, corroborando o entendimento exposto para negar seguimento ao Agravo de Instrumento ante a ausência do preenchimento dos seus requisitos legais, não vislumbro argumentos capazes de modificá-lo, acrescendo que, na ausência de fatos ou argumentos relevantes - autorizadores do juízo de retratação -, mantenho a decisão por seus próprios fundamentos, motivo pelo qual **NEGO PROVIMENTO** ao Agravo.

É como voto.

Recife,

03/02/00

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator

58m